



Risco de endividamento. Fila para se cadastrar para receber o Auxílio Brasil, no Shopping Bangu, Zona Oeste do Rio: empréstimo permite comprometer mensalmente até 40% do valor do benefício

SEM TETO DE JUROS

CONSIGNADO DO AUXÍLIO

Grandes bancos privados decidem ficar de fora da linha de crédito

JOÃO SORIMA NETO, GABRIEL SHINOHARA E GERALDA DOCA economia@oglobo.com.br
SÃO PAULO/BRASÍLIA

Os grandes bancos privados do país não vão embarcar na proposta aprovada pelo Congresso e sancionada esta semana pelo presidente Jair Bolsonaro de oferecer empréstimo consignado aos beneficiários do Auxílio Brasil, multiplicando os recursos nas mãos das famílias às vésperas da eleição. Bradesco, Itaú, Santander, Nubank e BMG são algumas das instituições que já decidiram não oferecer o crédito. A recusa do merca-

do vem após o governo lançar a iniciativa sem, por exemplo, colocar um limite à taxa de juros a ser cobrada.

Após a divulgação da proposta, levantamento do GLOBO junto a instituições financeiras mostrou que o consignado já era oferecido com juros de até 78% ao ano. A saída em série dos grandes bancos mostra que há uma preocupação sobre a efetividade da medida e seu impacto na própria imagem das instituições, apontam especialistas ouvidos pelo GLOBO. As preocupações são, principalmente, com o endividamento das pessoas

em condição de vulnerabilidade social em um empréstimo que pode comprometer até 40% do valor-base do benefício (R\$ 400).

O presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Junior, afirmou ontem que, como se trata de operação de juros elevados (sem teto definido) e o auxílio de R\$ 600 tem data para terminar (dezembro), o banco decidiu não oferecer o consignado:

— Não se trata de uma aposentadoria ou pensão, mas um benefício a pessoas que estão em dificuldades. Portanto, o Bradesco não vai operar nessa carteira. Estamos fa-

lando de pessoas vulneráveis. Em vez de ser uma boa operação para o banco e para o cliente, entendemos que a pessoa terá mais dificuldade quando o benefício cessar.

Entre os demais bancos privados, o Itaú disse que não tem perspectivas de vir a trabalhar com a modalidade. Santander, Nubank, BMG e Inter também não vão ofertar o empréstimo, assim como o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob). Já o banco PAN informou que está se preparando para oferecer a modalidade de crédito e que sua atuação será limitada ao previsto na

proposta do governo.

Na visão de Luis Santacreu, analista de setor bancário da Austin Rating, a questão da falta de teto para os juros é ruim para a imagem dos bancos:

— Você está fazendo um crédito para ajudar uma pessoa em situação vulnerável e põe taxas de juros altas. Para o banco, vai ficar a imagem de que está explorando essas pessoas.

Lauro Gonzalez, coordenador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV, aponta que os bancos não querem se associar à imagem de que estão usando como garantia pa-

ra o empréstimo uma transferência de renda para uma população na pobreza ou na extrema pobreza. Isso poderia, inclusive, ir de encontro às práticas ESG (meio ambiente, social e governança na sigla em inglês) adotadas pelas grandes instituições:

— As instituições que de fato estejam investindo em políticas ESG vão se questionar muito se entram ou não nesse mercado e, provavelmente, não vão entrar porque parece que há quase um consenso sobre, digamos assim, a ruindade dessa medida.

CAIXA TERÁ EMPRÉSTIMO

Entre os bancos públicos, o Banco do Brasil afirmou que ainda analisa a possibilidade de operar a linha de crédito, assim como o Banco do Nordeste. O Banco de Brasília (BRB) disse que não vai participar.

Já a Caixa informou que os consignados do Auxílio Brasil começarão após o governo regulamentar a linha, e que as taxas de juros serão informadas posteriormente. Além disso, disse que orienta os clientes sobre a importância do “crédito consciente”: “A Caixa orienta aos seus clientes sobre a importância de se utilizar o crédito de forma consciente, adequando o valor das parcelas ao seu orçamento e planejamento financeiro familiar”.

Santacreu, da Austin Rating, destaca que os beneficiários do Auxílio Brasil estão em situação de vulnerabilidade, usando o recurso majoritariamente para subsistência, sem condições de contratar mais crédito:

— Uma vez que a inflação subiu, acho que os bancos devem ter olhado e pensado que, embora seja o governo quem vai pagar, qual é a conveniência de você estar dando mais crédito para uma pessoa numa situação desse tipo?

O governo está finalizando o decreto com a regulamentação do consignado. Além disso, o Ministério da Cidadania vai editar uma portaria com a lista dos bancos credenciados.

“Não se trata de uma aposentadoria ou pensão, mas um benefício a pessoas que estão em dificuldade. Portanto, o Bradesco não vai operar nessa carteira. Estamos falando de pessoas vulneráveis”

Octavio de Lazari Junior, presidente do Bradesco

“A Caixa orienta aos seus clientes sobre a importância de se utilizar o crédito de forma consciente, adequando o valor das parcelas ao seu orçamento e planejamento financeiro familiar”

Caixa Econômica Federal, em comunicado

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 15